



Alto Comissariado  
da Saúde

Honorable  
4. 10. 2010

ANA JORGE  
Ministra da Saúde

43

## Parecer emitido pelo Alto Comissariado da Saúde (GPEARI) com Análise Crítica da Auto-Avaliação do IGAS

Organismo avaliado: IGAS

### 1. Enquadramento

De acordo com a Orientação Técnica emitida pelo Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS) em Janeiro de 2009, *"os serviços que, em cada ministério, têm competências em matéria de planeamento, estratégia e avaliação devem também proceder à sua auto-avaliação, nos mesmos moldes, com os mesmos critérios e para os mesmos efeitos dos restantes serviços. No entanto, dada a sua natureza específica, compete aos respectivos ministros realizar as operações subsequentes do processo até à análise comparada, exclusive."*

### 2. Parecer com análise crítica

Com base nos resultados do QUAR e na informação adicional constante da auto-avaliação que integra o Relatório de Actividades de 2009, considerando os critérios constantes do artigo 18.º, ao serviço IGAS - Inspeção Geral das Actividades em Saúde, deverá ser atribuída a avaliação de *Desempenho Bom*, em concordância com a menção *Bom* proposta pelo presidente do IGAS.

### 3. Documentos de referência

Este modelo de parecer teve por base:

- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro;
- Orientação técnica das auto-avaliações dos serviços elaborada pelo Conselho de Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS), nomeadamente na definição dos objectivos relevantes e na expressão qualitativa da avaliação de serviços (desempenho bom, satisfatório e insuficiente);
- Auto-avaliação (incluindo a menção de proposta qualitativa) recorrendo ao respectivo QUAR de 2009 (quando necessário recolher informação adicional);
- Ofício Circular n.º 13/GDG/08 do DGAEP de 21 de Novembro de 2008;
- Proposta de Modelo do Parecer (a emitir pelo GPEARI) com Análise Crítica da Auto-Avaliação "proposto pelo GT do CCAS.
- Documento técnico n.º 1/2010 do GT do CCAS - Rede GPEARI;

Adicionalmente, segundo orientação da DGAEP (Direcção Geral da Administração e do Emprego Público, do Ministério das Finanças e Administração Pública), em 2011 os desvios serão limitados a 25%. Sendo 2010 um ano de transição, foram considerados os desvios limitados a -50% e +50%.



**Alto Comissariado  
da Saúde**

<b>Ministério</b>	Saúde
<b>Entidade avaliadora</b>	Alto Comissariado da Saúde
<b>Entidade avaliada</b>	IGAS
<b>Ano em avaliação</b>	2009
<b>Menção proposta pelo dirigente máximo na Auto-Avaliação</b>	Bom
<b>Parecer do GPEARI sobre a Proposta de Menção</b>	Concorda com a menção Bom



#### 4. Alterações aos indicadores

Ao longo do processo de monitorização do QUAR não foi solicitada qualquer alteração aos indicadores. Deste modo, os objectivos operacionais também não foram modificados.

#### 5. Análise Crítica

##### 5.1. Avaliação global do grau de cumprimento dos objectivos e do grau de utilização dos meios disponíveis

###### 5.1.1. Objectivos Estratégicos

- Incrementar as acções inspectivas, alargando o âmbito de actuação da IGAS;
- Desenvolver os sistemas de informação de suporte à acção inspectiva e à partilha de informação interna;
- Promover a formação dos recursos humanos internos e dos serviços inspeccionados.

###### 5.1.2. Cumprimento dos Objectivos Operacionais

No quadro 1 encontram-se listados os objectivos operacionais do IGAS.

Quadro 1 - Objectivos Operacionais

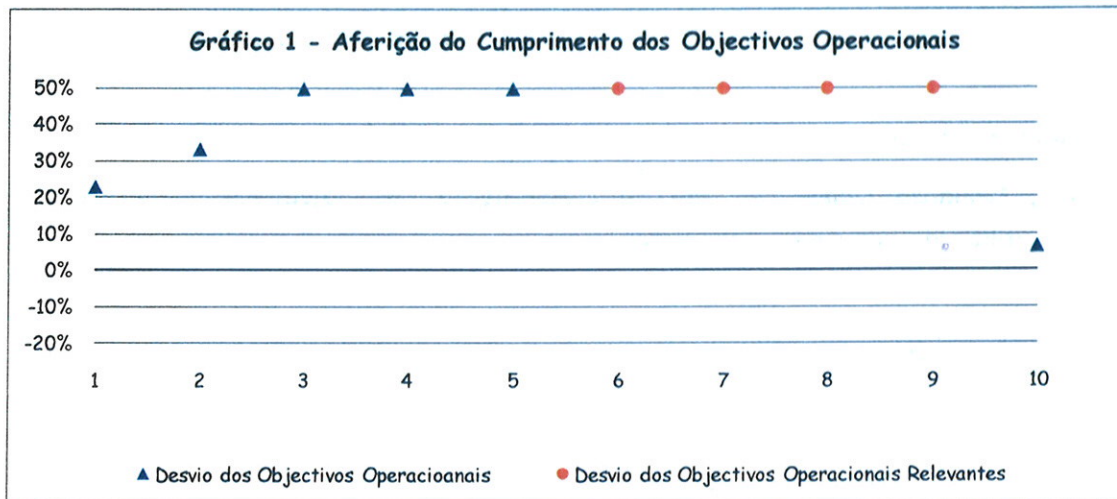
OP	Descrição
1	Aumentar em 2% o volume de fluxos financeiros controlados com as auditorias previstas no artigo 62 da LEOE
2	Efectuar auditorias disciplinares nos três estabelecimentos hospitalares que, no ano de 2008, tiverem apresentado maior número de reclamações e ainda não tenham sido objecto de auditorias disciplinares.
3	Efectuar acções inspectivas dirigidas à facturação de 40 entidades privadas, convencionadas e/ou do sector social com maior nº de irregularidades identificadas.
4	Efectuar acções de fiscalização na área da medicina dentária
5	Efectuar acções inspectivas inovadoras ou de acompanhamento, relacionadas com a garantia e a qualidade dos cuidados de saúde e com a obtenção de ganhos em saúde.
6	Informatização dos processos de recolha e tratamento de informação das acções inspectivas de âmbito nacional.
7	Melhorar o sistema de informação de apoio à decisão e de divulgação da informação interna.
8	Acções de formação sobre o novo Estatuto Disciplinar destinadas a dirigentes e juristas de serviços e organismos do SNS e ARS.
9	Promover a qualificação dos recursos humanos, proporcionando em média 30 horas de formação/inspector.
10	Pedidos de informação internacionais respondidos dentro do prazo





Alto Comissariado  
da Saúde

O gráfico 1 mostra a aferição do cumprimento dos objectivos operacionais. Os mais relevantes estão destacados a laranja.



#### 5.1.2.1. Taxa de Realização Global: Eficácia, Eficiência e Qualidade

Globalmente, o IGAS apresentou uma taxa de realização de 143,7% (Quadro 2).

Quadro 2 - Taxa de realização global

Taxa de realização global
143,7%

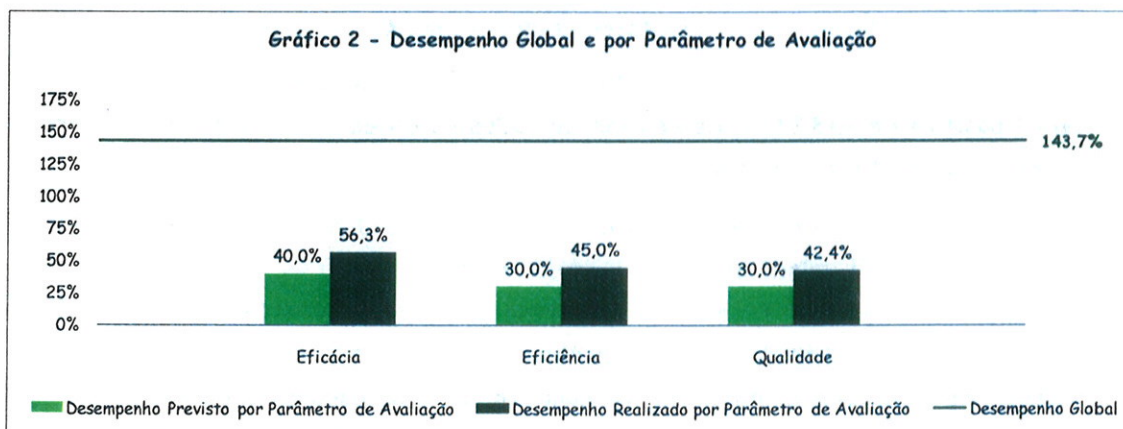
No Quadro 3 estão apresentadas as ponderações previstas e os resultados dos parâmetros de avaliação.

Quadro 3 - Ponderações previstas e resultados

Parâmetros de Avaliação	Previstas	Realizadas
Eficácia	40,0%	56,3%
Eficiência	30,0%	45,0%
Qualidade	30,0%	42,4%



No gráfico 2 está representado o desempenho global e o desempenho previsto e realizado por parâmetro de avaliação.



### 5.1.3. Performance de utilização de recursos humanos e execução de recursos financeiros

#### 5.1.3.1.1. Recursos Humanos

Quadro 3 - Recursos humanos planeados e utilizados

Recursos Humanos	Pontos Planeados	Pontos Utilizados	Desvio
Total	955	963	8

Através da análise do quadro 3, torna-se possível constatar que a utilização de recursos humanos foi ligeiramente superior à planeada.

#### 5.1.3.1.2. Recursos Financeiros

Quadro 4 - Recursos financeiros estimados e executados

Recursos Financeiros	Estimados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	3.915.801€	3.401.049€	-514.752€
PIDDAC	0€	0€	0€
Total	3.915.801€	3.401.049€	-514.752€

Relativamente aos recursos financeiros, verifica-se que os executados são inferiores aos estimados em 514.752€, o que representa um desvio de 13,1%.